



Territórios simbólicos no Rio Olímpico

Symbolic territories in the Olympic Rio

Tamara Egler, IPPUR-UFRJ, tamaraegler@gmail.com

RESUMO

A questão proposta para análise no presente artigo considera as relações de dominação política, econômica e cultural, no contexto dos Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, é necessário identificar os atores que participam da Rede Olímpica, a enunciação do seu discurso, para analisar a marca de sua política sobre o território. Para realizar essa investigação, o método adotado foca no objeto que existe, para reintroduzir na realidade categorias e conceitos que iluminem a produção de conhecimento novo. O objetivo do presente artigo é descobrir como a Rede Olímpica produz uma rede de territórios de alto valor simbólico, destinados ao consumo ostentatório e à valorização de diferentes capitais associados em rede, para o alcance de sentidos de distinção (BOURDIEU, 1998, 2007) dos membros que participam do sistema de consumo globalizado. Estamos diante de um processo inédito de destruição/construção/desapropriação da cidade em benefício da mobilidade global e valorização do capital dos atores que participam dessa rede.

Palavras Chave: Jogos olímpicos; rede de territórios; simbólico; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The subject proposed in this paper considers the relations of political, economic and cultural domination in the context of the Olympic Games in the city of Rio de Janeiro. To do that it is necessary to identify the actors that are participating of the Olympic Network and their discourse enunciation to analyze the political mark on the territory. The method here proposed focuses on what exists to introduce concepts and categories into the reality enlightening the production of new knowledge. The purpose of this article is to discover how the Olympic Network produces a territories network of high symbolic value that aim to consumption and valorization of diferente capitals, in order to achieve the distinction (Bourdieu 1998, 2007) of the members of the globalized consumer system. It is an unprecedented process of destruction / construction / city expropriation for the benefit of global mobility and the capital valorization of the actors participating of the network.

Keywords: Olympic games; territories network; symbolic; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Para proceder com essa análise é importante fazer uma advertência para distinguir três categorias centrais: espaço, cidade e território. Entendemos espaço como a distância entre dois pontos; espaço de uma quadra na cidade, espaço do universo, espaço amoroso. Compreendemos o espaço como uma categoria abstrata que pode ser aplicada em diferentes objetos, como, por exemplo, o espaço do universo ou o espaço poético. Quando falamos de cidade, estamos nos referindo a uma categoria histórica concreta, onde a materialidade do espaço se condensa. Por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, a cidade de Nova York, Londres, e outras.

Quando nos referimos à categoria território, recorremos a Rafestein (1993), para quem o território resulta de uma ação conduzida por um ator com o objetivo predeterminado. Podemos também compreender o território observando as relações de poder sobre um determinado espaço físico, como propõem Claudio Eglér (2005) e Marcelo Souza (2007), para quem a categoria dá o significado do poder que se estabelece sobre um espaço físico (EGLER, 2016). Numa definição mais simples, o território pode ser um shopping, uma casa, uma rua, ou simplesmente um quarto – o meu, o seu, o nosso território, ali onde se estabelece o meu, o seu, o nosso poder.

Para traçar a linha demonstrativa da nossa reflexão, devemos observar como essa megaintervenção na cidade do Rio de Janeiro plasma seus interesses na construção de território local conectado ao território global. Em outras palavras, a rede de atores globais tem por objetivo a produção de uma rede de infraestruturas capaz de produzir uma mobilidade planetária. Em cada lugar que reúna uma atratividade, vamos encontrar redes que se conectam à rede mundial. Ter isso em mente nos permitirá desvendar as estratégias de formação dos territórios no Rio.

Esse ponto de partida obriga, necessariamente, que levemos em conta um dado essencial: a invenção de TICs permite formas de associação nunca antes imaginadas. Ao ampliar a capacidade de comunicação no mundo, elas permitem a enunciação de um discurso que associa atores públicos e privados em torno de objetivos compartilhados. Isso é exemplificado de forma acabada pela Rede Olímpica que, atuando em torno de um megaempreendimento, concebe-destrói-constrói um espaço físico que forma territórios conectados ao mundo. Essa nova espacialidade produz novas formas de urbanização e exige uma pesquisa que identifique os processos que produzem a conexão dos territórios olímpicos no Rio ao sistema de território global.

Essa complexidade do espaço pode ser lida pela categoria de Milton Santos (1994, 1996) como a articulação de objetos – aeroportos, hotéis, estádios, que resultam de atividades econômicas –, fluxos – sistema de transporte e de comunicação –, e ações – atividade central da política. Percebemos que está sendo construído um território no mundo, destinado ao consumo de bens simbólicos. O nosso desafio é exatamente transformar a percepção numa demonstração, para revelar as formas alternativas de dominação global sobre a existência social, no caso pela realização de jogos olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro.

Estamos diante de uma transição no mapa mundo, que forma um território global, o qual, por sua vez, se transmuda e se sobrepõe às formas que o precedem. Sua nova configuração resulta de fragmentos de cidades, em diferentes localizações do mapa do mundo, conectadas por fluxos de comunicação vital e virtual. Sua representação pode ser lida na conexão de espaços locais – fragmentos urbanos – e processos comunicacionais – fluxos digitais – que se articulam e originam um território que conecta o local ao global. Uma rede de atores globais que se conectam por comunicação virtual, e constitui uma rede de territórios vitais sobre os quais se exerce um poder transcendente no mapa do mundo globalizado (EGLER, 2005).

Essa percepção pode ser lida no mapa 1, que apresenta as cidades globais. Nesse podemos ter uma primeira leitura de sua expansão. Todo lugar que tenha uma atratividade, uma arquitetura espetacular, um patrimônio histórico-cultural, um megaevento está habilitado a se candidatar para participar do sistema de globalização do mundo.

Mapa 1 – Cidades Globais



Fonte: elaboração do autor

Para compreender essa complexidade é preciso examinar como a mediação da tecnologia de informação e comunicação rompe com a relação espaço-tempo, e define a formação de novos fluxos de articulação espacial. Estes possibilitam a criação de um espaço cuja arquitetura constitui uma rede infinita de conexões, em que se configuram centros articulados por sistema de comunicação. Esse espaço reproduz, no nível local, a estratégia da articulação dos fragmentos na escala global, e tem existência individual e local, vital e virtual, coletiva e global, tudo ao mesmo tempo.

Para fazer a demonstração desta tese, o nosso ponto de partida é o fato no espaço. Para tanto, torna-se necessário proceder a uma análise do plano urbano para a Cidade Olímpica no Rio de Janeiro, no intuito de examinar a ação política na transformação do espaço. Só assim poderemos desvendar os interesses políticos e econômicos aí presentes, para compreender como transformam as condições de existência social no lugar. É preciso perguntar:

- Como se articula a rede global ao espaço local?
- Como é o plano urbano para o território olímpico?
- Quais são seus objetivos?
- Como ele foi realizado?
- Como se realiza a valorização do capital?
- Como se realiza o processo de expropriação?
- Como é o processo de valorização do capital imobiliário?

TERRITÓRIO SIMBÓLICO

Como se articula a rede global ao espaço local?

Para desvendar as conexões que se estabelecem entre o local e o global, devemos observar como se definem as formas alternativas de articulação de capitais, em diferentes instâncias e escalas, que se associam em rede e produzem um território em que se estabelece um poder simbólico. É nosso desígnio tornar transparente o que está ilegível, dar visibilidade a processos espaciais que configuram totalidades inesperadas, respondem por interesses privados dos atores globais e resultam em formas de urbanização perversamente excludentes no contexto da globalização.

A nova base técnica de natureza informática cria um fluxo comunicacional que articula empresas, instituições governamentais e privadas, e também pessoas, em rede sociotécnica. Trata-se, portanto, de observar que a RO produz uma gestão que produz a mobilidade, no sentido de fazer a articulação de localidades que possibilitam a formação de novas totalidades.

Dessa articulação decorre um conjunto de atividades de destruição/construção/apropriação que, no nosso caso concreto, transforma a cidade do Rio de Janeiro por dentro. E isso acontece, decerto, porque as atividades exigem um conjunto de equipamentos para lhes dar suporte, como é o caso de aeroportos, portos, infraestrutura de comunicação, hotéis, indústria do entretenimento e edifícios destinados às atividades globais em si mesmas.

TERRITÓRIOS OLÍMPICOS: O PLANO DO JOGO

O resultado da nossa investigação permite compreender como o plano dos jogos olímpicos tem por objetivo a concepção, formulação e produção de desses territórios olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. O plano está concebido por territórios fragmentados, eles se conectam por um sistema de transporte viário e de comunicação digital, plasmam capital simbólico no território para produzir impulsão e atração (RIBEIRO e SILVA, 2004) de capitais, mercadorias e pessoas, e uma ampla mobilidade dos membros que participam do sistema global. Por outras palavras, se cola ao território um capital simbólico que produz a atração de capitais e pessoas.

Vamos começar a nossa demonstração pela pergunta: qual é a estratégia do plano para o jogo?

Para responder à essa indagação a análise revela como estamos diante de um plano para os jogos olímpicos, em que se define territórios onde se produzem atividades excludentes, eles se constituem por meio de uma ação que lhes capitais simbólicos, permitem a atração de um número extraordinário de espectadores e conduzem para a valorização da rede de capitais que participam dos jogos olímpicos, tudo isso para fazer a difusão dos jogos olímpicos, esse processo constitui a valorização do preço da terra urbana, e do capital imobiliário rentista.

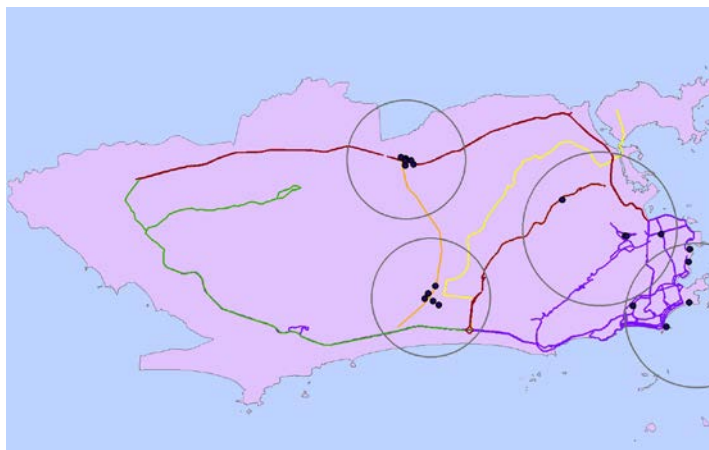
Para fazer a análise abaixo desenvolvida vamos apresentar os seguintes mapas ou instalações:

- localização dos clusters e o sistema de transporte, para demonstrar a concepção do plano (mapa 2);
- Parque Olímpico, para apresentar os limites do discurso favorável ao plano e os interesses do capital imobiliário;
- Traçado VLT, para revelar como é possível inverter a lógica da ação planejadora e inventar um sistema de transporte para uma necessidade urbana inexistente (mapa 4);
- sistema de transporte preexistente, para revelar o que é necessário e o que é desnecessário (mapa 5);
- Sistema de transporte, equipamentos e clusters para observar a síntese da concepção do plano (mapa 6);

- sistema de transporte, clusters e a valorização do preço da terra, revelando a associação entre investimentos públicos e valorização privada (mapa 8);
- mapeamento do preço da terra urbana, para revelar a relação entre as prerrogativas do estado e do capital imobiliário rentista (mapa 9).

A localização dos clusters e do sistema de transporte é representado no mapa 2.

Mapa 2 - Sistema de transporte e clusters



O plano do jogo proposto para a cidade do Rio de Janeiro tem por objetivo principal a construção de equipamentos esportivos que formam quatro clusters. O que quer dizer cluster? O significado do termo está referido à um grupo de coisas ou de atividades semelhantes que se desenvolvem conjuntamente, com o objetivo de junção, união, agregação, integração das coisas e pessoas que dele participam (PEREIRA, 2000). São lugares que se formam a partir de identidades compartilhadas, condensam singularidades, e excluem todo o resto que é diferente, o que sobrou, os outros, os diferentes, os moradores pobres.

A rede global realiza seu desígnio mediante um processo de decisão política que estimula diferentes países a apresentarem suas candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos, i. e., para terem o direito de construir um cenário para a grande festa. Esse cenário produz a impulsão de capital simbólico, instala-se sobre a cidade, envolvendo capitais, pessoas e mercadorias movidos pelos interesses políticos e econômicos da rede global.

Ao mesmo tempo, podemos compreender esse cluster como um território que define uma forma específica de apropriação e exclusão; as práticas simbólicas das elites não suportam a presença dos diferentes. Em cada um dos clusters se estabelece um poder, consolidando um direito político que define quem pertence e quem não pertence ao sistema global. Cada um deles está dedicado a uma atividade – esporte, cultura, preservação do patrimônio, entretenimento, moda – ou a todas elas ao mesmo tempo. Eles estão associados às práticas de consumo das elites globais, como jogos esportivos, cultura, alimentação, moda, são signos que produzem a identificação dos que são iguais e dá um sentido comum a esse mundo no qual só podem usufruir os que pertencem. A partir de agora denominamos de territórios simbólicos. Nosso objetivo é fazer a demonstração dos diferentes territórios simbólicos que se condensam na cidade do Rio de Janeiro.

A concepção dos clusters está organizada em três categorias de equipamentos: preexistentes, temporários e novos. Os preexistentes são aqueles que já existiam na cidade e foram renovados; temporários são aquelas estruturas metálicas importadas que se montam e desmontam, depois dos jogos serão levadas para um outro país; e os novos são aqueles que foram de fato construídos.

No mapa 2 estão apresentados os quatro territórios que condensam as atividades acima enunciadas. Cada qual está localizado nos quatro cantos da cidade, a saber: Deodoro, Barra da Tijuca, Zona Sul, Centro + Zona Norte. Para entender a estratégia do plano é importante ver e ler o que acontece dentro dos territórios. Para fazer essa análise vamos apresentar os elementos que constituem o espaço físico, material, para depois fazer a análise do território simbólico, imaterial.

O ponto de partida interroga: qual é o capital simbólico que podemos reconhecer em cada território. Essa análise é importante para nós porque compreendemos que no território se plasmam diferentes poderes, que podem ser: do dinheiro, da arte ou simplesmente do esporte, do corpo, da dança, da música.

Apresentamos a seguir a tabela 1 que reúne equipamentos, zonas contempladas e número de espectadores previsto em cada uma.

Tabela 1 - Equipamentos construídos e espectadores no plano olímpico

<i>Projeto</i>	<i>Nova perma.</i>	<i>Nova temp.</i>	<i>Preexistente</i>	<i>Total</i>	<i>Espectadores</i>
<i>Zona Deodoro</i>	3	2	4	9	96.201
<i>Zona Barra da Tijuca</i>	5	2	2	9	141.500
<i>Zona Sul</i>	0	2	2	4	27.000
<i>Centro+ Zona Norte</i>	0	0	4	4	168.400
<i>Total</i>	11	4	12	27	433.101

Fonte: Autoridade Pública Olímpica. APO

O objetivo analítico é fazer um percurso entre os clusters para examinar o capital simbólico que existe em cada um deles. Podemos observar como em Deodoro, bairro popular periférico, dos nove projetos, apenas três foram de fato construídos, sendo que quatro eram preexistentes e dois temporários. Na Barra da Tijuca, epicentro dos jogos, foi construído um parque olímpico, com nove novos equipamentos, dois temporários e dois preexistentes. Na Zona Sul, são quatro no total, e no Centro+Zona Norte são quatro preexistentes. Como ainda podemos ler na tabela, dos 27 equipamentos anunciados como grande feito, apenas 11 foram de fato construídos. Sendo que a grande maioria de 12, preexistiam, e foram reformados. Esses números são importantes porque revelam a verdadeira fase dos investimentos realizados: apenas 30% serão construídos, isso para o extraordinário custo de 25 bilhões de reais (PPP, 2014)!

Ao mesmo tempo podemos observar que os mesmos deverão abrigar 433 mil espectadores, nos diferentes estádios da grande festa. Esses números falam por si só, e revelam como estamos diante de um fato que não responde pela realidade, porque o grande número de espectadores está no velho Estádio do Maracanã, sendo que no total foram construídos nos 11 equipamentos novos, para 141 mil espectadores, menos do que já existiam no tradicional estádio da cidade.

DEODORO

Em Deodoro serão disputadas competições de hipismo, esgrima, *rugby*, hóquei, natação, entre outros (PPP). É uma cena em que se valoriza o corpo físico, aquele que é capaz de montar um cavalo, de derrubar um inimigo, de ganhar uma competição. São esportes que exigem destreza e habilidades individuais, representam o poder da elite que dispõe de tempo e dinheiro para se dedicar a eles. Bourdieu (1998; 2005) concebe o capital simbólico como a produção de um consenso que dá sentido ao mundo e produz a integração social. Nesse *cluster*, que denominamos território, se produz um sentido do mundo em que se produzem práticas sociais associadas aos esportes dos Jogos Olímpicos.

É muito grave porque se enuncia um discurso em que se inclui a Zona de Deodoro no plano de jogo, em benefício do desenvolvimento local; entretanto, o fato observado permite uma análise na qual se inclui no plano dos Jogos Olímpicos, os equipamentos preexistentes na localidade. Mais simplesmente, o discurso dizia que os jogos irão desenvolver o bairro de Deodoro, mas na verdade o que podemos ver e analisar, os jogos incluem o patrimônio que preexistia em Deodoro. Essa é apenas uma das inversões, atribuir *ao outro* o fato que nós cometemos, como foi possível observar ao longo de nossa investigação.

BARRA DA TIJUCA

Na Zona da Barra da Tijuca, epicentro dos jogos, está o Parque Olímpico (Mapa 3), onde serão realizadas a maior parte das competições, e a Vila Olímpica, destinada à moradia dos atletas durante os jogos. Na realidade, trata-se de um megaempreendimento que tem como destino final o mercado imobiliário.

A análise anterior permite perceber os fatos. São nove projetos, dos quais sete novos e dois preexistentes, implantados em 18 milhões de metros quadrados de área e comportando 36 mil lugares, distribuídos em três pavilhões esportivos, palco de 16 modalidades olímpicas. Ao todo, são 10,7km de redes de drenagem, extensão equivalente a aproximadamente 3,5 vezes a praia de Ipanema; 6,8km de redes de esgoto; 11,2km de redes de água potável; 9,23km de redes de incêndio e vasos comunicantes; 25,7km de rede de iluminação pública; 13,77km de rede de média tensão e 27,5km de redes de telecomunicações. Aqui de fato o *cluster* foi construído, sobre terreno limpo.

O contrato da parceria público-privada para a construção do Parque Olímpico da Prefeitura do Rio de Janeiro estabelece concessão administrativa para a prestação de serviços e execução das obras necessárias à implementação e à manutenção do Parque Olímpico do município para os Jogos Olímpicos. Determina ainda a construção e a manutenção dos equipamentos olímpicos, incluindo os pavilhões de basquete (16 mil assentos), judô (dez mil) e lutas (dez mil pessoas), bem como a implantação da infraestrutura da futura Vila Autódromo e da Vila Olímpica, e a prestação dos serviços de manutenção e operação na área.

O discurso promete um legado para a cidade: instalações provisórias viram escolas e espaços de lazer e atividades físicas para os cariocas. A Arena do Futuro, por exemplo, abrigará quatro escolas municipais. O Rio de Janeiro ganha Centro Olímpico de Treinamento (COT), com Centro de Tênis, Velódromo e Parque Aquático Maria Lenk, voltados para atletas de alto rendimento.

O discurso que cerca a Vila Olímpica (imagem 1) é que ela se tornará uma referência no bairro, e que seus apartamentos serão comercializados após os jogos. A propaganda destaca a sua proximidade de importantes vias, como a Transolímpica, a Transoeste, a Transcarioca e a Linha 4 do Metrô. Seu financiador é a Caixa Econômica Federal, e as empresas construtoras são a Odebrecht Realizações Imobiliárias (OR) e a Carvalho Hosken. O valor do financiamento chega a R\$ 2,909 bilhões, sendo os recursos próprios do capital privado da ordem de R\$ 579 milhões, investimento realizado apenas no terreno (PORTAL BRASIL, 2016).

A Vila Olímpica compreende 31 prédios de 17 pavimentos, num total de 3604 apartamentos, e mais de 8.000 camas, que hospedarão 17.950 atletas e equipes técnicas enquanto os jogos se realizam (PUSSIELDI, 2016). Após os jogos, outros edifícios serão disponibilizados, chegando a número total de 3.604 apartamentos, com unidades de 77m² a 325m². Os condomínios fornecerão ainda uma ampla gama de serviços, como bancos, correio, cafés, floriculturas, *lan-houses*, para prover as condições de existência cotidiana. Este será provavelmente o maior empreendimento imobiliário conhecido na história da cidade do Rio de Janeiro (PUSSIELDI, 2016).

Como podemos observar na imagem 1, a concepção urbanística dispõem os edifícios em torno de espelhos d'águas, estamos diante de um empreendimento que pretende representar a zona sul carioca. Seu significado promete aos futuros moradores uma vida urbana de zona sul da cidade. Quer dizer, *trata-se de fazer ver e fazer crer*. O discurso manifesto representa uma linguagem do urbanismo que guarda pouca relação com as verdadeiras condições de existência na Barra da Tijuca a muitos km de distância da verdadeira Zona Sul. São simulacros que não encontram referente na realidade que esta sendo construída. Assim como já havia sido compreendido por Gui Debort (2003) e Fernanda Sanchez (1997), estamos diante de um poderoso *marketing* de venda do capital imobiliário rentista (FIX, 2007). Quer dizer trata-se uma representação simbólica que não é verdadeira.

As escolas, que são consideradas parte do legado dos Jogos Olímpicos, deverão ser disponibilizadas para os futuros moradores da Vila Olímpica, quer dizer, o estado faz o investimento, o que melhora as condições de localização e amplia a renda da terra. Essa prática é bem conhecida pela literatura; a novidade é que se inclui uma ilusão de bem estar, que não encontramos na realidade da vida urbana. Explico: através de uma imagem se reproduzem as condições de existência da Zona Sul da cidade, onde se localizam os edifícios em torno da Lagoa, ao mesmo tempo ao lado do Parque Olímpico e de amplo sistema de transporte.

É a mais importante operação imobiliária que se tem notícia, quando foram removidos os moradores da Vila Autódromo, se constroem dois empreendimentos: um primeiro para habitação e um segundo para esporte. Plasma-se o capital simbólico derivado dos jogos e se constituem lucros extraordinários ao empreendedor imobiliário. Esses dois grandes projetos plasmam capital dinheiro + capital simbólico, isto é, a valorização econômica dá-se em associação com o capital simbólico. Essa percepção é importante para nós porque permite uma análise interdisciplinar que faz a interação conceitual entre economia e sociologia, para fazer a análise do processo de urbanização no contexto da globalização do mundo.

Trata-se de fazer um investimento público, enunciar um discurso sem referente em fatos concretos, mentiroso, e atrair um grande número de pessoas para morar no final da Barra da Tijuca, ali onde não existem condições de vida urbana.

ZONA SUL

A inclusão da zona sul no plano dos jogos se explica, por que nela se condensa capital simbólico associado ao modo de vida carioca, onde se localiza a elite que usufrui do consumo em shopping centers, do entretenimento em casas de show e cinemas, da alimentação em bares e restaurantes caros, em academias de ginástica *fitness*, formam o jeito carioca de ser na rua, que faz a cultura do lugar e a sua identidade. Aqui está presente outra forma de capital simbólico, aquela associada à identidade do lugar (ROSA, 2014). Assim, se na Barra da Tijuca o foco do capital simbólico está no corpo, na zona sul o foco incide sobre a identidade social. Nela se consomem bens simbólicos como hotéis, restaurantes, cafés, corpo, identidades.

Podemos observar a apropriação de tudo que se encontra nos territórios tudo pode ser consumido, não importa como, mas pode ser sempre, tanto faz se esse está nos hotéis, restaurantes, shoppings. Não importa qual é a natureza do capital simbólico: o que está em jogo é a distinção que ele pode proporcionar aos seus detentores.

Além disso, podemos identificar outros pontos de fruição, como o Forte de Copacabana, Lagoa Rodrigo de Freitas, Marina da Glória, dos quais é possível observar as mais belas paisagens da cidade. Conhecemos sua beleza e sabemos como sua apropriação pode ser de alto impacto de positividade em termos de bem-estar, nos sentidos da observação e de sua fruição.

CENTRO + ZONA NORTE

No Centro + Zona Norte, devemos focar primeiro no Porto Maravilha – onde estão concentradas as atividades de serviços – para depois ler a zona do Maracanã. Nossa análise pode começar pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que estabelece a conexão entre o Aeroporto Santos Dumont, a Avenida Rio Branco e a Praça Mauá (mapa 4). Formam uma totalidade que se articula pelo VLT.

Mapa 4 -Traçado VLT



Legenda

— Construído — Previsto

Fonte: Concessionária VLT Carioca.

Andando pelo lugar é possível observar a olho nu, como o trecho na Cinelândia foi transformado em um passeio. É inacreditável que o fluxo que tinha lugar numa via que ligava o Aterro do Flamengo à Avenida Presidente Vargas – esta, por sua vez, eixo fundamental de circulação de veículos, articulando a zona sul à zona norte – tenha sido interrompido para dar lugar a um passeio, rememorando práticas sociais vigentes no Rio de Janeiro de Pereira Passos, na primeira década do século XX. A proposta urbanística está associada a um retrocesso histórico. É a recuperação de práticas urbanas de andar sem rumo pela cidade, já descrito por Walter Benjamin no clássico *Paris*.

Continuando nosso percurso, chegamos no Porto Maravilha. Onde observamos importante processo de destruição/construção que teve lugar no Centro: o da Perimetral. Essa iniciativa foi muito grave, uma vez que a Perimetral fazia a ligação da Avenida Brasil com o Centro; o argumento político está centrado na bela paisagem do patrimônio histórico que se deseja restaurar.

Estamos, mais uma vez, diante de uma política urbana que valoriza o capital simbólico, em detrimento de melhores condições de transporte para os moradores da zona norte e da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Aqui podemos focar na Praça Mauá, onde estão localizados o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR). Podemos também ler o capital simbólico na arquitetura dos museus. No MAR houve a restauração do patrimônio histórico, ao passo que o Museu do Amanhã foi construído de acordo com os cânones da arquitetura pós-moderna. Aqui está o capital simbólico, plasmado em cultura como arquitetura, pintura, escultura, culinária, e definindo práticas de uso do espaço associadas à cultura de exposições de arte, voltadas para um público que conhece os signos que fazem parte dessa prática social. O fato concreto é que as condições de habitabilidade do centro urbano do Rio são destruídas para que ele seja dedicado à impulsão de significados de bem viver, para as elites globalizadas, que podem ser vivenciados na observação da paisagem natural e no patrimônio histórico.

Esse artigo foi escrito durante os meses que antecederam, durante e após os jogos Olímpicos. A prefeitura da cidade preparou uma grande festa na Praça Mauá, quando foram apresentados shows com a participação de nomes importantes da música popular brasileira e da dança. Isso levou-nos a pensar que, desta feita, será para apresentar aos espectadores a nossa alegria de viver, cantar e dançar. Nada escapa, o capital simbólico está em toda parte, é nosso trabalho descobrir onde ele se plasma, assim como propõem Bourdieu (1998; 2005).

Vamos nos deter agora na análise da renovação do espaço na Zona Portuária. O projeto Porto Maravilha tem como ponto de partida a situação de abandono de uma área centralmente localizada. Para entendermos como a Zona Portuária chegou a esse ponto é preciso examinar a história do seu processo de ocupação. Se observamos o mapa da região, logo percebemos dois processos de ocupação do espaço, o primeiro pode ser lido pela linha da topografia sinuosa e corresponde ao espaço social que foi construído pelas pessoas que moravam na área. O segundo corresponde ao espaço construído a partir de uma estrutura urbana sistêmica, regular, ortogonal, que marca as fronteiras de uma intervenção racionalizadora do Estado. É produto da reforma Pereira Passos, em 1904, quando se aterrou o mar e se construíram o porto, na espinha dorsal da Avenida Rodrigues Alves, e os armazéns, ao longo do novo traçado do litoral (MELLO, 2003).

Décadas depois, 1970, foi construída a Avenida Perimetral, sobreposta à Rodrigues Alves, que rasgou o tecido urbano e produziu uma sombra que depauperou o lugar. A sua análise revela um corredor coberto, tendo de um lado os armazéns da reforma Pereira Passos, quando por cima o

elevado da reforma, causadores da insalubridade que marca as condições de vida no Porto do Rio (EGLER, 2005).

Os armazéns que impediram a vista do mar, aliados ao elevado da Perimetral, resultam de dois processos de intervenção do Estado. O primeiro, que teve lugar na reforma Passos, está associado a um discurso de modernização que levou à centralização do poder do Estado sobre as atividades portuárias, resultando na derrubada dos trapiches e na paralisação das atividades dos pequenos comerciantes que atuavam na economia do porto. O segundo, ocorrido na década de 1970, que cobriu o espaço com a construção da Perimetral, em prol dos interesses de uma política de transportes urbana de valorização do automóvel, associada ao transporte individual. Essas duas intervenções conduzem à depauperação do espaço (EGLER, 2005).

No presente contexto histórico, estamos diante de um projeto de valorização do espaço do porto, pela destruição de uma parte da Perimetral, para liberar a vista do lugar, renovação da Praça Mauá, que abrange a revitalização de dois prédios transformados num museu (o MAR) e a construção de um museu para saudar o futuro. Encontra-se em construção um aquário gigante, em espaço de propriedade pública liberado para a contemplação dos espectadores no cluster do centro da cidade. São criadas, portanto, as condições espaciais necessárias para fazer da Zona Portuária mais um território global na cidade.

Porto Maravilha, tem por objetivo constituir um novo centro empresarial do Rio de Janeiro, para isso o governo investiu mais de 8 bilhões de reais, em infraestrutura urbana. As “torres” deverão ser o núcleo desse novo centro empresarial, com seu padrão de nível internacional. O terreno do empreendimento se beneficia da melhor conectividade através da Av. Francisco Bicalho e outras artérias da cidade, como os dois aeroportos, o atual centro empresarial, os túneis para a zona sul, a ponte Rio-Niterói, ao lado da Rodoviária Novo Rio (SITE TRUMP TOWERS).

Falta ainda considerar o projeto de construção de três torres do empresário norte-americano Donald Trump, de 30 andares, para a valorização capital imobiliário. O projeto tinha por objetivo inicial a construção de cinco torres, de 150 metros de gabarito, 38 andares e 322.400m² de escritórios, 450 mil m² de área total construída. É um megaempreendimento de escritórios corporativos na América Latina. A fotografia do projeto revela como o seu resultado deveria construir um muro entre o mar e a cidade. Na última observação de campo foi possível observar que o terreno permanece vazio. Na reforma da Zona Portuária de Londres, as torres que foram construídas para atividades de serviços ficaram mais de 15 anos sem clientes. O que revela a presença de atores internacionais no mercado imobiliário do Rio de Janeiro, como já havia alertado David Harvey (2005).

Para fechar o nosso percurso, chegamos à Zona Norte. Aqui vamos encontrar o Maracanã, importante equipamento da história urbana. Ele foi reformado para a realização dos jogos pan-americanos, e 8 anos depois para os jogos olímpicos. Em que são realizados os principais eventos esportivos, em número de espectadores superior à somatória dos outros equipamentos, construídos para a realização dos jogos olímpicos.

Como podemos compreender os sentidos do capital simbólico?

Com Bourdieu (1998, 2005) aprendemos que os sistemas simbólicos se constituem em uma relação de comunicação em que se representa o poder simbólico acumulado pelo agente. Já não estamos diante de um consumo de mercadorias necessárias à reprodução social. As mercadorias são portadoras de forte poder simbólico. Em poucas palavras, já não estamos falando da produção

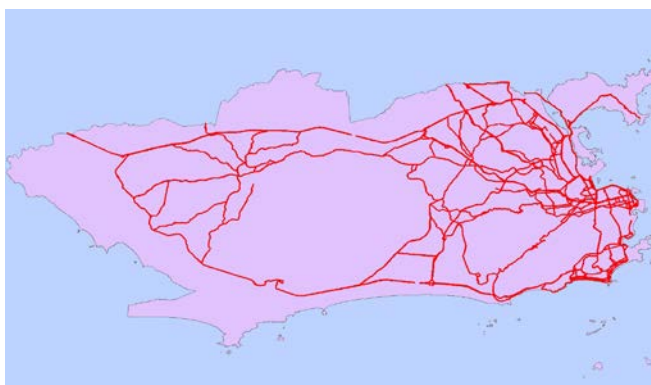
material, mas de uma produção imaterial. O consumo por ostentação está associado à fruição pessoal, que advém de uma representação de gratificação pessoal, que proporciona ao seu detentor uma função de distinção reproduzida de forma constante e que não se esgota no ininterrupto processo de apropriação. Por essa razão, o que muda são os signos. O objeto de consumo não é o uso socialmente necessário, mas apenas a sua representação, destituída do seu sentido real. Existe um ininterrupto processo de superficialidades esgotando-se em curto espaço de tempo e assegurando a distinção, por meio de signos, que definem a localização de seu detentor na hierarquia social.

Os Jogos Olímpicos estão dedicados a produzir territórios em que se condensa poder simbólico, sistema de comunicação que produz o consenso dá sentido às práticas e conduz para a integração social dos atores que participam do sistema global. Esse poder impulsiona uma estrutura de valores em que o corpo, a identidade do lugar, a cultura de elite, ou a popular e o patrimônio histórico, centro de negócios são apropriados pelos espectadores que participam do sistema global de consumo de bens simbólicos. Definem uma forma específica de compreensão do mundo, e produzem a atração de 4 bilhões de telespectadores (COI, 2008; 2015).

Isso nos permite compreender que estamos diante de um espaço social que define uma forma de apropriação para além das atividades econômicas, e nos permite fazer uma análise do espaço urbano a partir de uma ótica que revela sua dimensão simbólica. Por isso, as cidades se candidatam para sediar os Jogos Olímpicos: quanto maior a capacidade de apresentar um plano capaz de impulsionar símbolos da atração, maior a capacidade de atração de capitais para o desenvolvimento de atividades turísticas. A meta é compor a megacena do evento olímpico para ampliar a capacidade de atração de patrocinadores e telespectadores, potenciais consumidores. Nessa dinâmica se permite que a cada quatro anos uma nova Olimpíada tenha lugar, em uma nova cidade do mundo. Esse constante recomeçar, sempre atualizado, permite a atração e mobilidade de capitais e define uma forma específica do processo de globalização do mundo.

MOBILIDADE E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Mapa 5 - Sistema de transporte preexistente



Fonte: IPP, PMERJ, IBGE, Comitê Olímpico 2016.

No mapa 5 podemos ler o sistema de transporte que foi produzido no contexto da cidade moderna, ele se constitui pela necessidade de transportar trabalhadores entre a fábrica e a

habitação. Nesse percurso são realizadas em torno de 3 milhões de viagens. No contexto da globalização é construído um sistema de transporte para produzir a mobilidade de capitais e espectadores no sentido de promover o sistema móvel da globalização. De acordo com o senso comum, as necessidades de transporte devem ser produto da implementação de sistema de transportes, mas na política urbana globalizada se produz a necessidade de mobilidade para justificar a construção de um sistema de transporte.

O ponto de inflexão da análise revela como essa estratégia permite a mobilidade do capital (CASTELLS, 2016) e engendra a invenção da mobilidade global. Trata-se de ampliar o número de viagens no mundo, para a valorização do capital das empresas aéreas, das operadoras de turismo, da rede hoteleira, bem como da rede de mercadorias globais. Desenvolve-se um conjunto de serviços para o consumo de mercadorias que proporcionam distinção aos atores que podem participar da globalização.

Para analisar essa estratégia podemos recorrer a uma leitura do percurso proposto no plano. Ela nos permite *ver e ler* como estamos diante da produção de um espaço físico sobre o qual se exerce um poder global e resulta num território sobreposto à cidade. Podemos começar pelo espaço do aeroporto. Percebemos como sua arquitetura está concebida num grande corredor, onde se podem comprar desde alimentos, como nozes, chocolates e cafés, e também diversas peças de vestuário e artesanatos. Há que percorrer esse enorme corredor para revelar como a mobilidade é importante para a atividade interminável de consumir: ela começa no aeroporto, ponto de chegada do turista. Essa concepção de corredor na Arquitetura dos aeroportos nos ajuda a perceber a estratégia do capital que produz um enorme corredor ao redor do planeta terra.

SISTEMA DE TRANSPORTES

São três novas vias de transporte (mapa 6) e uma linha de metrô, elas foram construídas e/ou reformadas: a Transcarioca, a Transolímpica, a Transoeste e a Transbrasil, associadas a linha de Metro 4. Para revelar os objetivos dessa estrutura de transportes, fazemos um percurso imaginário, por exemplo ao sair do Aeroporto do Galeão existem duas possibilidades de trajeto, é possível escolher a Transcarioca para chegar diretamente ao Parque Olímpico e/ou Vila Olímpica, na Barra da Tijuca, ou escolher a Av. Brasil para chegar em Deodoro.

Mapa 6



Fonte: IPP, PMERJ, IBGE, Comitê Olímpico 2016.

A Transcarioca liga, de porta a porta, o Aeroporto do Galeão ao território onde está sendo construído o Parque Olímpico, epicentro do plano. A Transolímpica liga Deodoro à Barra da Tijuca, onde estarão sendo realizados uma parte dos jogos. A Transolímpica liga Deodoro a Barra da Tijuca. A Transbrasil faz a ligação do Aeroporto a Deodoro e depois a Barra de Guaratiba, onde vai encontrar a Transoeste. A linha 4 do Metro faz a ligação entre a Barra da Tijuca a Zona Sul. Onde se encontra com a linha pré-existente do Metro, e conecta a Zona Sul ao centro do Rio de Janeiro, onde está o aeroporto Santos Dumont. Esse circuito se completa se observamos como o VLT, conecta o Aeroporto ao Porto Maravilha. A Zona Norte está incluída no sistema dos jogos olímpicos pela linha do Metro pré-existente. A saída do circuito se realiza pela Av. Brasil, reformada para a realização dos jogos. Quando se retorna ao aeroporto, e se fecha o círculo do território global na, dentro da cidade do Rio de Janeiro.

É um sistema de transporte que unifica os clusters e se sobrepõem a cidade, em cima dela. É um território global no Rio de Janeiro. No caso concreto da cidade do Rio de Janeiro, trata-se de fragmentar o espaço para unificar territórios por meio de fluxos e, assim, ampliar os deslocamentos e garantir os ganhos simbólicos e econômicos derivados desse processo, e não guarda relação com as reais necessidades de vida e de trabalho na cidade.

MOBILIDADE

Por que a mobilidade é importante? O fluxo de turismo calculado para os Jogos Olímpicos está em torno de 1,5 milhões de pessoas no Rio de Janeiro. Uma parcela desse total deverá visitar também outras cidades do Brasil (SETUR, 2014). É preciso contabilizar, no consumo para o exercício da mobilidade, passagens aéreas, hospedagem em hotéis e bilhetes para assistir aos jogos. Tudo isso tem, certamente, um resultado extraordinário para a valorização do capital associado à mobilidade para a cidade do Rio de Janeiro e dentro da cidade. A mobilidade, em busca de uma satisfação subjetiva, transforma-se, portanto, em objeto de valorização do capital global.

Como e por que se faz a atração de atores globais para os territórios locais? No discurso urbanístico o investimento realizado em localidades descentralizadas irá gerar o desenvolvimento urbano, por ação rizomática que se reproduz indefinidamente. Essa análise considera que o investimento realizado em uma localidade, uma rua ou uma praça, por exemplo, pode produzir um movimento de transformação do entorno, e conduzir para uma renovação do bairro. Por isso, o discurso enunciado pelo governo municipal faz a defesa de um urbanismo de fragmentos, que pode conduzir à renovação da totalidade do bairro, e produzir o desenvolvimento urbano.

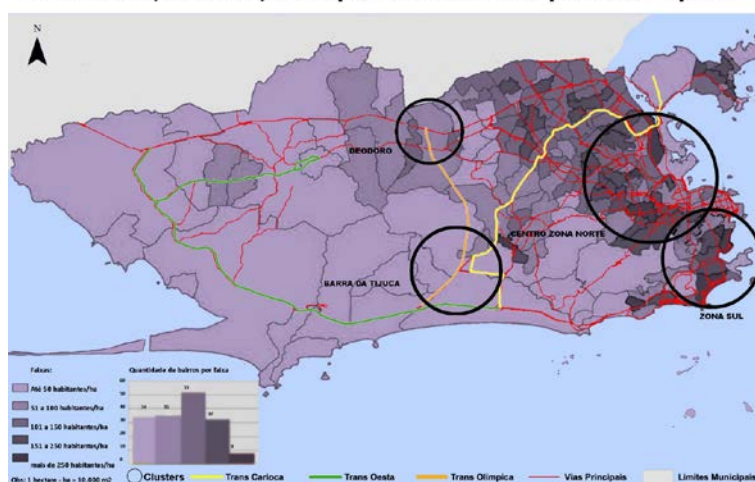
Este é o discurso. Entretanto, podemos compreender que na realidade se trata de uma estratégia de fragmentação para ampliar a mobilidade e a acessibilidade dos turistas aos equipamentos. Para fazer do plano uma realidade foi necessário construir um amplo sistema de transporte, que por sua vez exige pesados investimentos e possibilita ganhos extraordinários para as corporações que participam da rede global. Trata-se, sobretudo, de produzir um espaço que amplie as necessidades de deslocamentos, no mundo e na cidade, o que vai exigir grandes somas de recursos para a implementação do sistema de transportes e a construção de equipamentos, pagas a longo prazo pelo contribuinte brasileiro. Isso quer dizer jogar dinheiro fora, que deverá ser pago com suor e lágrimas. São recursos do erário público investidos para ganhos do capital que atua na esfera global, funde capital dinheiro, capital político e capital simbólico. O que há de novo é que o interesse privado está além das fronteiras nacionais, depositado em redes de atores públicos e privados do mundo inteiro que se associam e atuam globalmente.

O mapa demográfico do Rio de Janeiro (mapa 8) revela como a Transoeste liga bairros de baixa densidade. Por exemplo, a população em Santa Cruz é de 150 mil habitantes. Ao mesmo tempo, sabemos que, a população da Baixada é de 3.651.771 habitantes (IBGE, 2010). Ou seja, o sistema de transporte proposto não atende às necessidades de transporte dos habitantes pobres da cidade do Rio de Janeiro e de sua periferia. Na realidade, constrói uma enorme linha de acesso para ampliar a disponibilidade de terra para o mercado imobiliário de alto poder aquisitivo. Em síntese, entre a necessidade social e a decisão política o interesse econômico das redes de atores globais e dos proprietários de terra se impõe.

Podemos continuar a nossa leitura e perceber como a construção da Transolímpica liga Deodoro a Barra da Tijuca. Depois da Olimpíada, poderá ser usada para deslocar a população trabalhadora que habita a periferia para os empregos na Barra da Tijuca. Essa permite o sistema de transportes casa /trabalho, e amplia a mobilidade na continuidade da vida cotidiana.

Mapa 8

Densidade, clusters, transporte existente e plano olímpico



Fonte: IBGE, 2010; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Comitê Olímpico 2016.

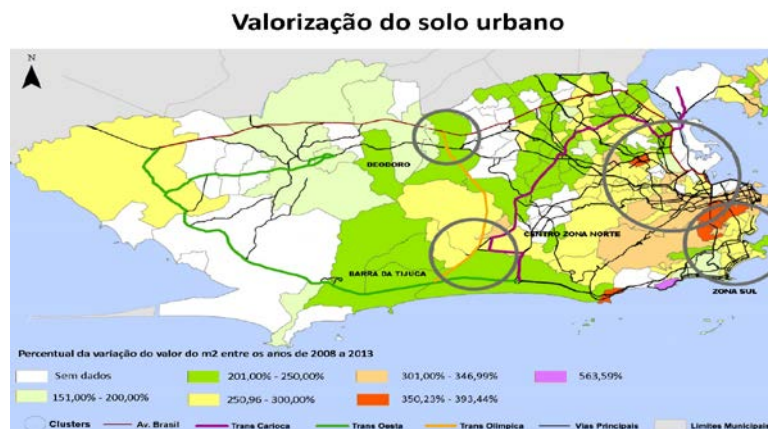
VALORIZAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Vamos começar pelo essencial, ou seja, pela valorização do solo urbano na cidade do Rio de Janeiro. O mapa 9 é muito interessante porque revela a elevação do preço da terra em porcentagens. Vejamos, então, a relação entre o jogo olímpico e a valorização do mercado imobiliário.

Podemos entender o significado desse processo sem muito esforço lendo o gráfico 1. Em termos gerais, observamos que os preços médios do solo urbano se elevaram em torno de 250% entre 2009 – quando o Rio de Janeiro foi anunciado como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 – e 2013, o que já é muito. Ao mesmo tempo, podemos ler que no Vidigal a elevação foi em torno de 400%, e no Leblon a porcentagem atingiu 563%! Ao lado do Maracanã também, foi possível observar uma

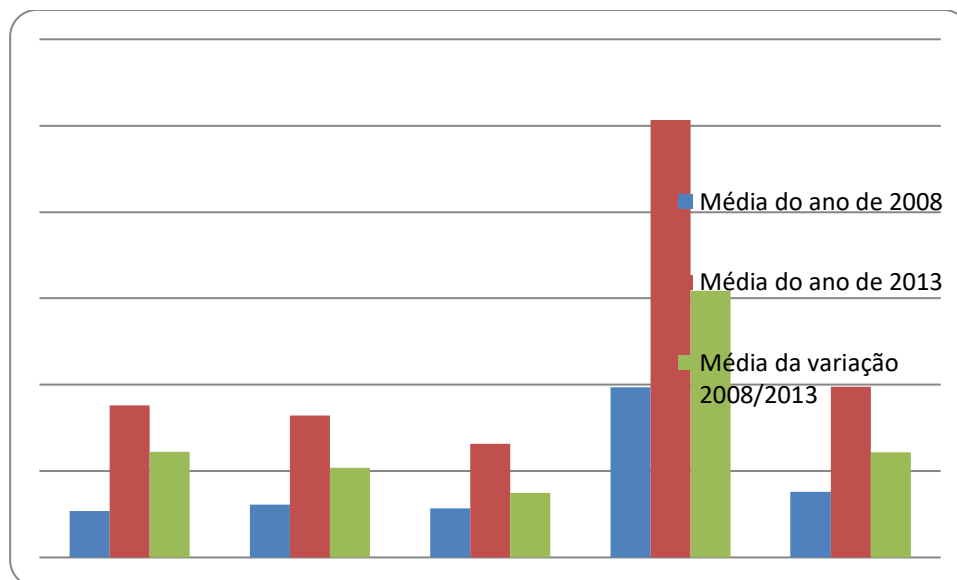
transformação do uso do solo urbano, o gráfico 1 informa ainda como os mais altos índices de elevação do preço da terra aconteceram na zona sul.

Mapa 9



Fonte: IDB, DMEDI, IDCE, Comitê Olímpico 2016

Gráfico 1 – Valor médio (R\$) por m² de imóveis no Rio de Janeiro (no ano 2008 e 2013) e média da variação entre 2008 e 2013.



Fonte: SECOVI-RIO, ADEMI e ZAP Imóveis.

O que isso significa? Para entender as relações que produzem essa valorização extraordinária, devemos examinar a elevação do preço do solo urbano. E para tal é preciso compreender como essa gigantesca operação, voltada para promover essa transformação urbana, exige um enorme

investimento na produção dos equipamentos necessários para a realização do evento. Isso determina a elevação do preço da terra e a realização de lucros extraordinários em forma de renda da terra. Por isso, é importante reconhecer o processo de realização de rendimentos fundiários na complexidade do processo de globalização. Quando Marx (1978) examina a formação de rendimentos fundiários e já nos alertava para o fato de que a terra não tem valor – tem preço. O que acontece na cidade do Rio de Janeiro é uma elevação da renda da terra, determinada pelo incremento dos investimentos (EGLER, 1987) e essa potencializa a elevação dos preços do marco edificado, na cidade do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro se transforma. São implantados, na cidade, territórios que respondem pelos interesses dos agentes globais. As propostas de arquitetura produzem um espaço em que se atribuem estruturas simbólicas que dão sentido ao mundo social e definem quem pertence e quem não pertence a esse território. Configurado por uma linguagem formada por um conjunto de signos que visam a distinguir os que são acolhidos e aqueles que foram excluídos.

Esse percurso imaginário no PPP da prefeitura do Rio, revela a monstruosidade da proposta. Foi feito um plano para viabilizar somas muito grandes de investimentos governamentais, na produção de infraestrutura de transportes e viabilizar a aquisição de tecnologias como BRT e o VLT, para fazer um grande investimento e ampliar as possibilidades de ganhos extraordinários, em forma de renda da terra, para os atores que participam do mercado imobiliário.

Existiam muitas soluções para acolher os jogos olímpicos, como havia sido proposto por Sergio Magalhães (SCHMIDT, 2009), de fazer a competição no centro do Rio, poderia se estender pelo aterro do Flamengo, ali onde existe toda uma infraestrutura de hotéis, quando poderíamos ter feito revitalizado a Zona Portuária para habitação popular na Zona Portuária, um urbanismo socialmente implicado.

São enormes investimentos públicos em atividades privadas e efêmeras. Quando a festa acabar, os turistas irão embora, as construções serão removidas, os empregos desaparecerão e pouco restará do megaevento na cidade. Trata-se, na realidade, de uma estratégia inovadora de expropriação, quando todos os habitantes da cidade pagam a construção da Cidade Olímpica e a rede de atores globais se beneficia do investimento pago por todos nós, trabalhadores e moradores do Rio de Janeiro e do Brasil. Pela concepção e articulação e gestão do megaevento que produz distinção para as elites globais, por meio da construção de equipamentos desnecessários à vida dos cariocas. A divisão da responsabilidade é assim: os habitantes da cidade pagam o cenário e a rede global realiza o seu processo de valorização.

Esses dados são muito importantes para nós porque nos permitem interrogar, depois que a festa olímpica acabar, o que será feito com todos esses estádios? E com os equipamentos de consumo de atividades culturais?

Quando fizemos a pesquisa dos Jogos Pan Americanos foi possível fazer a análise que nos permitiu examinar o que aconteceu com os equipamentos, foi quando a estratégia de ação global ficou clara, por que observamos como os equipamentos eram transportados para outras cidades, outros abandonados, e os que ficaram não eram usados, pelo fato de que a sua manutenção era muito dispendiosa. Quer dizer não ficou nada! Ficarão vazios, ruínas da cidade olímpica (EGLER, 2008).

A sociedade de consumo de bens duráveis está esgotada. Vivemos em uma sociedade que consome bens não duráveis e intangíveis. Daí a importância do turismo internacional,

que estimula a mobilidade das pessoas ao redor do mundo e produz ganhos econômicos extraordinários.

Para alavancar essa mobilidade, costuma-se realizar grandes eventos para concretizar a estrutura móvel da globalização. Estamos diante de uma poderosíssima organização em rede global, promotora de atividades que têm como palco as cidades, na qual sobrepõe um território global. Esse processo expõe os moradores cariocas a um intenso processo de subordinação política, expropriação econômica e exclusão social.

REFERÊNCIAS

ADEMI (Associação de dirigentes de empresas do mercado imobiliário). Disponível em <http://www.ademi.org.br/> Acesso em 01/04/2014.

ARAUJO, Marise. Do Rio para Lisboa – Mostra Museu do Amanhã, na sede da Globo Portugal. Bluebus, 21 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.bluebus.com.br/do-rio-para-lisboa-mostra-museu-do-amanha-na-sede-da-globo-portugal/> Acesso em: 20 de agosto de 2016.

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA. Plano de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas> Acesso em: 30 de maio de 2016.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In KOTHE, Flavio R. (org.) Walter Benjamin. São Paulo: Atica, 1985.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CASTELLS, Manuel. Communication y Poder. Barcelona: Aliança Editorial, 2009.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL - COI. IOC Olympic marketing fact file: 2015 Edition, 2015. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/olympic_marketing_fact_file_v3_2015.pdf Acesso em: 1 de março de 2016.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL - COI. IOC marketing media guide: Beijing 2008. Lausanne: IOC, 2008. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_1329.pdf Acesso em: 1 de março de 2016.

CONCESSIONÁRIA DO VLTCARIOCA S/A. Disponível em: <http://www.vltrio.com.br/> Acesso em: 20 de julho de 2016.

COSTA, André. Avenida Rio Branco festiva. BlogSpot Rio sò Rio. Disponível em: <http://riosorio.blogspot.com.br/2009/08/avenida-rio-branco-festiva.html> Acesso em: 20 de agosto de 2016.

DEBORT, Gui. A sociedade do Espetáculo, Rio de Janeiro, editora Contraponto, 1997.

- EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.
- EGLER, Tamara Tania Cohen. O Chão de nossa casa. A produção da habitação em Recife. Tese de doutorado, defendida junto ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras Humanas da Universidade de São Paulo, 1987.
- _____. Políticas Urbanas Globais para Espaços Locais, XVII. In: Economia, Sociedade e Território, n. 17, vol. 5, janeiro-junho de 2005.
- _____. Jogos pan-americanos para um Rio global. In: VALENÇA, Marcio. Globalização e marginalidade: transformações urbanas. Natal: EDUFRN, 2007.
- _____. Jogo no Rio. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 12, p. 87-101, 2010.
- ESTADÃO. Rio 2016: o legado olímpico. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/externos/r7/jogos-olimpicos/2016/legado-olimpico/img/cortinas/parque-completo-olimpiada-2.png> Acesso em: 20 de agosto de 2016
- FILIPO, Leonardo. Vila dos Atletas fecha ano 60% pronta e tem sobras do palco do Rock in Rio. O Globo, 12 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/12/vila-dos-atletas-fecha-ano-60-pronta-e-tem-sobras-do-palco-do-rock-rio.html> Acesso em: 20 de junho de 2016.
- FIX, Mariana. São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010. Censo 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 16 de abril de 2014.
- MARX, Karl. El capital. Critica de la economia política. Vol 3. Cidade do México Fondo de Cultura Económica, 1978.
- MELLO, Fernando Fernandes. Antecedentes e perspectivas da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro, 2003.
- PEREIRA, Paulo Afonso Soares. Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres. Porto Alegre: AGE, 2000.
- PORTAL BRASIL 2016. Vila Olímpica: Onde as estrelas se encontram. Recuperado em: 30 de abril de 2016, de: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/instalacoes/vila-olimpica>
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Dossiê da candidatura do Rio de Janeiro, para a sede dos Jogos Olímpicos, vol. 1, 2, 3. Rio de Janeiro, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. San Pablo: Ática, 1993.

- PUSSUELDI, Alex. Números Olímpicos: A Vila Olímpica do Rio 2016. Best Swimming, 17 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.bestswim.com.br/2016/07/17/numeros-olimpicos-a-vila-olimpica-do-rio-2016/> Acesso em: 22 de julho de 2016.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres e SILVA, Catia Antonia. Impulsos Globais e Espaço Urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.) O rosto urbano da América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- ROSA, Rodrigo de Moraes. Espetáculo urbano ou urbano como espetáculo: a Lapa (en)cena. Tese (doutorado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. 1. ed. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003. v. 1000.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHMIDT, S. Rio 2016: Urbanista sugere que vilas olímpica e de imprensa fiquem na Zona Portuária. O Extra, 05/10/09. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/rio-2016-urbanista-sugere-que-vilas-olimpica-de-imprensa-fiquem-na-zona-portuaria-344211.html#ixzz44ygmHkOo> Acesso em: 08 de junho de 2016.
- SECOVI-RIO. Disponível em: <http://www.secovirio.com.br> Acesso em: 01/04/2014.
- SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR. Site do Ministério do Turismo, 16 jan. 2014. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20140116-2.html Acesso em: 14 de abril de 2014.
- SITE TRUMP TOWERS. Disponível em: <http://www.trumptowersrio.com/pt-br/> Acesso em: 20 de agosto de 2016.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento, In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (org.), Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995.
- ZAP IMÓVEIS. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis>>. Acesso em: 01/04/2014.